

# **Teologia Natural:** *Argumentos a favor da existência de Deus*

*Ezequiel J. C. Fumega*

## **1. Teologia Natural**

Vimos já que a Filosofia da Religião não se confunde com a Teologia. Enquanto a Filosofia da Religião é o domínio da filosofia que, por processos estritamente racionais, investiga e analisa criticamente as crenças religiosas mais fundamentais, com o objetivo de determinar se são ou não racionalmente (à luz da racionalidade epistêmica ou da racionalidade prudencial) justificadas, a Teologia consiste no estudo sistemático do conjunto de crenças, tanto reveladas como de razão, de uma religião específica, com o objetivo de compreender como podem formar um todo coerente. Ora, ao contrário da Teologia, na Filosofia da Religião não se faz apologética religiosa, nem qualquer referência a crenças oriundas de revelação divina.

Revisto o que se deve entender por Teologia, convém esclarecer em que consiste a Teologia Natural. Esta última corresponde à tentativa de mostrar que a fé no Deus teísta é racional, ou seja, a crença na existência de Deus está bem justificada e são vários os argumentos que têm sido apresentados a favor da verdade dessa crença. Designa-se por “natural” esta Teologia porque se pretende usar a penas a razão natural, ou seja, as capacidades argumentativas mais comuns a todos os seres humanos, independentemente da fé, para se concluir que Deus existe. Este tipo de estratégia é diferente da Teologia Revelada, em que se aceita, com base na fé, que Deus comunica diretamente a sua existência, por exemplo, através da Bíblia. O raciocínio principal da Teologia Natural pode ser apresentado desta forma:

1. É racional ter fé no Deus teísta se, e só se, há um bom argumento a favor da existência do Deus teísta.
2. Há bons argumentos a favor da existência do Deus teísta.
3. Logo, é racional ter fé no Deus teísta.

Esta teoria, a da Teologia Natural, está a usar a racionalidade sobretudo no sentido epistêmico, ou seja, no sentido de haver boas razões que visam mostrar ou provar que Deus existe ou que a existência de Deus é verdadeira. Analisaremos ao longo desta aula três argumentos diferentes que tentam mostrar a racionalidade da crença na existência de Deus e a sua consequente verdade, nomeadamente os argumentos cosmológico e

teleológico de Tomás de Aquino, que tentam mostrar a posteriori a existência de Deus a partir de dados empíricos e da experiência, e, por fim, o argumento ontológico de Anselmo, que tenta mostrar a priori a existência de Deus com base apenas no pensamento.

## **2. Argumento Cosmológico de Tomás de Aquino<sup>1</sup>**

Como acabamos de salientar, o argumento cosmológico é um argumento a posteriori, significando, por isso, que procura provar a existência de Deus a partir das nossas observações do mundo e não, como veremos, por exemplo, o argumento ontológico, a partir da mera análise lógica da definição de Deus.

O argumento cosmológico remonta-nos até à Antiguidade, embora tenha vindo a ser recriado ao longo da história do pensamento. Entre os seus defensores podemos encontrar Platão, Aristóteles, Descartes, Locke, assim como muitos teólogos atuais. Contudo, a versão que ficou mais famosa do argumento é aquela que São Tomás de Aquino apresenta nas suas “Cinco Vias” para provar a existência de Deus. Mais do que um argumento específico, o argumento cosmológico é um tipo de argumento e, por isso, as três primeiras vias constituem três diferentes formas do argumento cosmológico. A “Primeira Via” baseia-se na noção de movimento; a “Segunda Via” na de causa e a “Terceira Via” na de contingência. No entanto, por ser mais comum e intuitiva, analisemos a segunda.

O argumento da causa ou, como, por vezes, também é designado, argumento da causa primeira, pode ser enunciado da seguinte forma:

Tudo o que acontece tem uma causa ou agente ativo, sendo que essa causa ou agente também tem uma causa. Contudo, não pode haver uma regressão infinita nas cadeias de causas e efeitos, dado que se não houvesse uma causa primeira, não existiriam causas subseqüentes e, portanto, também não existiriam nenhuns dos efeitos atualmente existentes. Assim, as cadeias de causas e efeitos causados implicam uma causa primeira ou uma causa que não seja causada por nada, isto é, Deus.

---

<sup>1</sup> **Tomás de Aquino** (1225-1274) foi um dos mais importantes filósofos italianos da Idade Média. A sua filosofia inspirou-se, sobretudo, na conjunção entre o Cristianismo e Aristóteles. A sua vida académica principal realizou-se na Universidade de Paris, onde foi professor.

Apesar de persuasivo, pela sua simplicidade e elegância, convém a este argumento que lhe dediquemos um pouco mais de atenção. Atentemos na primeira das suas premissas:

1. Tudo o que acontece tem uma causa ou agente ativo e esta causa ou agente também tem uma causa.

Tomás de Aquino parte da ideia de que existem coisas no mundo e que essas coisas não se causaram a si mesmas, mas, pelo contrário, tais coisas tiveram de ser causadas por outras. Tudo o que acontece tem uma causa - por exemplo, cada um de nós existe, não porque nos causámos a nós próprios, pois isso implicaria sermos anteriores a nós mesmos, mas porque os nossos pais nos causaram a existir e, assim, sucessivamente. Embora, esta premissa pareça ser uma constatação intuitivamente fácil de aceitar, o mesmo não acontece com a segunda:

2. Não pode haver uma regressão infinita nas cadeias de causas.

Esta premissa, ao contrário da primeira, estabelece uma afirmação para a qual não pode ser apresentada qualquer evidência empírica conclusiva. Conhecemos muitas cadeias causais completas e, nesses casos, não temos qualquer dúvida de que tiveram um início. Mas, há muitas cadeias causais das quais só conhecemos um pequeno fragmento – aquele constituído pelas causas e efeitos que pudemos observar – e, nestes casos, torna-se impossível ter a certeza, com base apenas na experiência e na observação, que a cadeia causal teve um começo. Por este motivo, a experiência é insuficiente para estabelecer a segunda premissa e Tomás de Aquino tem de recorrer a um argumento de redução ao absurdo com a forma que se segue:

1. Se não houvesse uma causa primeira (ou seja, se houvesse uma regressão infinita na cadeia causal), não existiriam causas subsequentes nem, por consequência, os efeitos que atualmente existem.
2. (Subentendido) Existiram as causas subsequentes e os efeitos atuais existem.
3. Logo, não pode haver uma regressão infinita nas cadeias de cadeias de causas.

Segundo Tomás de Aquino, de forma a explicar de que forma as coisas do mundo foram causadas a existir por alguma outra coisa, temos duas hipóteses: ou há uma cadeia causal que regride infinitamente ou há apenas uma primeira causa que é a origem da cadeia causal. Ou seja, ou tudo o que acontece no mundo se deve às causas precedentes e, por sua vez, estas causas devem-se a outras que as precederam e assim

sucessivamente até ao infinito, ou então, há apenas uma primeira causa, a qual não foi causada por nada, que é a origem de toda a cadeia causal e a que chamamos de Deus.

Ora, para Tomás de Aquino, se a regressão das causas fosse infinita, então não haveria nada no seu início que desse origem à própria cadeia causal que originou os efeitos que atualmente existem e esses mesmos efeitos não existiriam. Acontece que nós temos informação empírica de que pelo menos os efeitos atuais da cadeia causal existem e, por isso, Tomás de Aquino assume que tem de haver uma primeira causa, não causada, que negue a regressão infinita da cadeia causal.

Façamos uma analogia para melhor entender esta ideia – nós existimos porque fomos causados pelos nossos pais e estes, por sua vez, pelos nossos avós, mas se não supormos a existência de um primeiro casal nos nossos antepassados, parece que afinal não haveria a cadeia causal que nos causou a existência e, por isso, nós mesmos não existiríamos. Ora, nós sabemos que existimos e, por isso, pressupomos que existiu um primeiro casal que foi a causa da existência dos nossos antepassados e de nós mesmos. Da mesma forma, se não houvesse uma primeira causa, não causada, (Deus) deixaria de haver a própria cadeia causal e nada existiria.

A questão que se coloca é a da necessidade de haver uma primeira causa só porque existem coisas, cuja existência se deve a uma cadeia causal. O argumento parece logicamente válido, a questão prende-se em saber se é ou não sólido.

## **2.1. Críticas ao Argumento Cosmológico**

### **2.1.1. A noção de causalidade e de cadeias causais infinitas**

O argumento cosmológico assenta no conceito de causalidade, isto é, de que tudo quanto existe foi causado por alguma coisa e que isso, numa sucessão de causas e eventos, ou resulta numa cadeia causal que regride infinitamente ou numa cadeia causal que tem um começo numa primeira causa. Como vimos, Tomás de Aquino, rejeita a ideia de existirem cadeias causais que regridem infinitamente, pois sem uma primeira causa, não existiriam as causas subsequentes nem os efeitos que nós sabemos que existem. Ora, já estudámos um autor, nomeadamente David Hume, que colocou em questão a origem da noção de causalidade. Relembremos que para David Hume, a noção de causalidade não tem fundamento racional, mas é apenas fruto de uma reação

psicológica nossa perante a sucessão de eventos de um tipo em relação a eventos de outro tipo, os quais por aparecerem constantemente conjugados, habituamo-nos a chamar aos primeiros de causas e aos segundos de efeitos. Ora, se pensarmos numa regressão infinita de sucessão de eventos e não de causas e efeitos, conseguimos desde logo achar uma que muito bem conhecemos – a sucessão dos números matemáticos. Podemos sempre pensar num número superior ao outro, ou num número inferior a outro numa sucessão de números infinita que não exige um começo ou uma primeira causa. Assim, aquela regressão infinita que Tomás de Aquino parece rejeitar, pode muito bem ser uma sucessão infinita de eventos.

Aliás, para David Hume, ainda que não se coloque em causa a ideia de causalidade, alicerçar o mundo material num mundo ideal (Primeira Causa ou Deus) não resolve a regressão infinita de causalidade, pois também podemos supor que esse mundo ideal foi causado por um outro e esse por outro, infinitamente.

Uma outra adenda pode ser feita, desta vez por Kant, na medida em que se coloca em questão como se pode no argumento ontológico partir da existência de causalidade no mundo para uma causa incausada. Segundo Kant, no argumento cosmológico o princípio de causalidade é usado indevidamente na experiência sensível para ir além da mesma, dado que Tomás de Aquino aplica na experiência sensível o conceito de causalidade, assumindo que as coisas existem por serem causadas, para pressupor que existe uma primeira causa, não causada, fora da experiência sensível. Ora, Tomás de Aquino não prova que existe, de facto, essa primeira causa, não causada (Deus).

### **2.1.2. Falácia do falso dilema**

O argumento cosmológico de Tomás de Aquino parece cometer a falácia do falso dilema, nomeadamente, quando apenas apresenta duas opções explicativas de como a existência das coisas no mundo é assegurada, sendo essas ou uma cadeia de regressão infinita de causas ou uma primeira causa. Podemos facilmente pensar numa terceira alternativa e, com isso, mostrar a falta de solidez do argumento, nomeadamente, a hipótese de haver várias primeiras causas conjuntas, por exemplo, o trabalho colaborativo de várias divindades menores e não de um único Deus teísta. Logo, Tomás de Aquino teria de explicar o motivo pelo qual múltiplas primeiras causas não seriam possíveis na origem da cadeia causal.

### **2.1.3. Natureza da primeira causa**

Ainda que o argumento seja válido, sólido e se conclua que existe uma primeira causa, nada garante que o Deus teísta, com todos aqueles atributos tradicionais, como a onipotência, onisciência, ser pessoa, sumamente bom, entre outros, seja essa causa. Não poderia ser uma divindade deísta ou panteísta?

### **2.1.4. Falácia da composição**

O argumento cosmológico assenta, como já mencionámos noutra crítica, na constatação de que todos os eventos têm uma causa. Todavia, não observamos, na verdade, todos os eventos ou fenómenos que decorrem, nem conseguimos explicar causalmente todos aqueles que observamos. Aquilo que o argumento cosmológico apresenta como uma constatação empírica é, na verdade, resulta de um raciocínio indutivo de generalização que não nos garante que a sua conclusão seja necessariamente verdadeira.

Além disso, mesmo que a conclusão de que cada evento individualmente considerado tem uma causa, nada nos permite concluir que a totalidade de todos os eventos tenha uma causa também. Ou seja, cada evento individualmente considerado pode ser causado por outro, mas o mundo, enquanto conjunto de todos os eventos, pode ter sido causado por nada, ou ter-se causado a si mesmo. A falácia da composição esclarece-nos que não é legítimo afirmar que o todo tenha necessariamente a mesma propriedade da parte. Por analogia, se nenhuma célula individualmente considerada tem consciência, o cérebro que é feito de células também não tem consciência.

## **2.2. Versão contemporânea do argumento cosmológico**

Apesar das objeções, o argumento cosmológico continua a ser defendido, por filósofos teístas contemporâneos, com formulações diferentes do original. Por exemplo, William Lane Craig, inspirado na tradição islâmica, apresenta-nos o “argumento cosmológico kalam”.

William Lane Craig começa por argumentar que tudo o que começa a existir tem uma causa para a sua existência. Ora, nesta linha de argumentação, Deus não necessita de uma causa, pois apenas tudo cuja existência tem um começo, tem uma causa.

Num segundo momento, o autor defende que o Universo (o espaço-tempo) tem um começo, o que pode ser demonstrado, por exemplo, pela teoria científica do Big-Bang.

Assim, se o Universo teve um começo, então também teve de ter uma causa para a sua existência. William Lane Craig sustenta que essa causa para o Universo não pode ser espaço-temporal, dado que o espaço e o tempo surgiram apenas com o início do Universo, logo terá de ter características como não-espacial, não-temporal, imaterial, não-causada e terá de ser uma causa com poder e conhecimento suficientes para causar um Universo funcional como o nosso – características estas que são comuns ao Deus teísta.

### **3. Argumento teleológico de Tomás de Aquino**

O argumento teleológico, também conhecido por argumento do desígnio, é um argumento também a posteriori, pretendendo provar a existência de Deus, tal como o argumento cosmológico, a partir da observação do mundo. Ainda assim, enquanto o argumento cosmológico é um argumento dedutivo, o argumento teleológico é um argumento não-dedutivo. Isto significa que ainda que o argumento teleológico seja um argumento não-dedutivo muito forte, ele não prova a existência de Deus de forma definitiva, mas apenas que a probabilidade de existir é elevada. Por outro lado, embora ambos os argumentos tentem provar a existência de Deus a partir do mundo, o argumento cosmológico parte de certos factos empíricos considerados evidentes como a existência da causalidade, o argumento teleológico baseia-se na comparação do mundo com outras coisas que, tal como o mundo, também exibem desígnio, ordem ou finalidade, concluindo que tal como essas coisas têm um autor inteligente, também o mundo tem de ter um autor inteligente.

De todas as provas para a existência de Deus, este argumento do desígnio é, histórica e filosoficamente, considerado o mais importante. A versão que estudamos nas aulas de Filosofia é aquela que consta na quinta via das “Cinco Vias” que Tomás de Aquino expõe na sua Suma Teológica, mas que, na verdade, já se encontra na obra de Cícero e, antes ainda, em Aristóteles, Platão e Anaxágoras.

Tomás de Aquino parte da premissa de que algumas coisas naturais carecem de cognição, inteligência ou conhecimento, mas agem orientadas para determinados fins, revelando um propósito ou finalidade, dado que se constata que essas coisas agem para produzir o que é o melhor. Por exemplo, as laranjeiras, sem inteligência e

conhecimento, agem sistematicamente para produzir laranjas sumarentas. O mesmo parece acontecer em todos os restantes processos naturais.

Se esta finalidade ou propósito se devesse ao acaso ou à sorte seria improvável, segundo Tomás de Aquino, que produzissem sempre o melhor. Daqui conclui que essa finalidade das coisas desprovidas de inteligência se deve a um desígnio sobrenatural, Deus. Tomás de Aquino argumenta que tal como um arqueiro dirige o voo da flecha para atingir o centro do alvo, também o desígnio sobrenatural – Deus – dirige as coisas que carecem de cognição para agirem sistematicamente a fim de produzir o melhor possível. Por outras palavras, sem Deus não se conseguiria explicar por que razão as coisas naturais sem inteligência se dirigem sempre ou quase sempre para produzir o que é o melhor. Assim o argumento teleológico de Tomás de Aquino apresenta a seguinte estrutura:

1. Se não há um ser inteligente que dirige o mundo natural, então as coisas que carecem de cognição não agem sistematicamente para fins de produzir o melhor.
2. Mas as coisas que carecem de cognição agem sistematicamente para fins de produzir o melhor.
3. Logo, há um ser inteligente que dirige o mundo natural, ou seja Deus.

Tomás de Aquino apresenta-nos um argumento válido por Modus Tollens, mas coloca-se a questão: será o argumento sólido?

Os progressos científicos de ciências como a biologia e a astronomia, nos séc. XVIII e XIX, que descobriram sistemas cuja complexidade parecia não poder ser o resultado de meras forças cegas da natureza, contribuíram para tornar esta prova da existência de Deus muito popular entre cientistas e filósofos, despertando novamente o seu interesse. Uma versão muito interessante deste argumento do desígnio é nos apresentada por William Paley em 1802, na sua obra Teologia Natural:

1. O relógio tem as suas diversas partes organizadas e ajustadas de modo a atingir um dado fim ou propósito, revelando, portanto, desígnio, pelo que tem de ter um criador inteligente, ou seja, o relojoeiro que o fez.
2. O Universo e os organismos vivos são muito semelhantes aos relógios, isto é, também revelam desígnio.
3. Logo, também o Universo e os organismos vivos têm um criador inteligente, que é Deus.



Enquanto na primeira premissa, Paley limita-se a afirmar aquilo que todos nós aceitamos sem dificuldade, nomeadamente que o relógio, dada a sua complexidade e organização, revela desígnio (orientação para uma finalidade) e, por esse motivo, implica a existência de um autor ou criador inteligente, na segunda premissa, Paley compara favoravelmente todo o Universo com o relógio, isto é, todos os objetos naturais tendo desígnio, da mesma forma que os objetos fabricados pelos homens têm. Uma vez estabelecida a analogia, a conclusão segue-se naturalmente: da mesma forma que o desígnio dos objetos fabricados pelo homem exige um autor inteligente – o homem – também o desígnio dos objetos naturais exige um autor inteligente – Deus.

### **3.1. Críticas ao Argumento Teleológico**

#### **3.1.1. Darwinismo – Teoria da seleção natural**

A primeira premissa do argumento de Tomás de Aquino, que nos diz que sem um ser inteligente que dirija o mundo natural, as coisas que carecem de cognição não agiriam sistematicamente para fins de produzir o melhor, pode ser criticada, argumentado que podem existir outras causas para a complexidade, organização e ordem do mundo, como por exemplo a seleção natural. Segundo Darwin, no séc. XVIII, o estado e a organização natural dos seres vivos resultam de um processo de evolução por seleção natural, em que os seres vivos dotados de capacidades diferentes, em face de uma mesma circunstância de recursos limitados, tendem a transmitir geneticamente às próximas gerações as características que se assumem como vantagens adaptativas ao meio onde vivem – um processo de evolução de modo a adaptarem-se às condições do seu habitat, sobrevivendo os mais aptos para enfrentar aquele meio.

A seleção natural de Darwin constitui uma objeção ao argumento do desígnio porque explica a complexidade dos organismos vivos sem recorrer à ideia de propósito ou desígnio e, portanto, sem uma causa inteligente sobrenatural – Deus – que seja origem desse desígnio. Por outras palavras, a teoria da seleção natural explica a organização do mundo natural por uma causalidade mecânica e não por uma causalidade pessoal e criadora como a do Deus teísta.

#### **3.1.2. Falácia da Falsa Analogia**

O argumento teleológico contém, como foi evidente na sua explicação, uma analogia entre os objetos naturais e os objetos fabricados pelo homem (como a flecha no argumento de Aquino ou o relógio no argumento de Paley). Ainda que admitamos que ambos tenham em comum a posse de um propósito, finalidade ou desígnio, convém analisar se é justo afirmar que, então, por sabermos que esses artefactos humanos têm um autor inteligente responsável pelo seu desígnio, também os objetos naturais têm um autor inteligente responsável pelo seu desígnio. Facilmente se conclui que o argumento é falacioso, dado que o vasto mundo dos objetos naturais é tão infinitamente mais complexo e diversificado do que os objetos fabricados pelo homem, que tal analogia não leva em conta as inúmeras diferenças entre esses dois tipos de objetos. Todas estas diferenças entre o misterioso cosmos e objetos como a mera flecha ou o mero relógio, enfraquecem a analogia e, com ela, todo o argumento teleológico.

### **3.1.3. Natureza do autor inteligente**

Um problema transversal a todas as versões do argumento teleológico prende-se com a ideia de pouco sabermos sobre a natureza desse ser inteligente, responsável pelo desígnio do mundo. Novamente, como acontece com o argumento cosmológico, ainda que admitamos existir um ser inteligente com poder para criar um universo favorável à vida, terá esse ser as características do Deus teísta, ou seja, será onipotente, onisciente, sumamente bom, alguém com quem se possa estabelecer uma relação pessoal, através da oração? Não poderá ser antes um trabalho colaborativo de vários deuses, ou de um Deus deísta? Como constata David Hume, o argumento teleológico, por si só, não consegue explicar a necessidade de um Deus teísta.

### **3.2. Versão contemporânea do argumento teleológico**

Os filósofos Richard Swinburne e Robin Collins, de forma a tentar escapar à crítica darwinista, desenvolveram uma nova versão do argumento teleológico designado por “argumento da afinação minuciosa”.

Estes filósofos, partindo de dados da física contemporânea, notam que se a força nuclear forte que liga prótons e neutrões juntos de um átomo, bem como a gravidade e a força eletromagnética, fossem ligeiramente mais fortes ou ligeiramente mais fracas, a vida seria impossível. Assim, o Universo encontra-se minuciosamente afinado para a existência de vida.

Ora, para explicar essa afinação minuciosa do Universo, poderíamos recorrer ao acaso ou a Deus. Estes autores defendem que a afinação minuciosa não se deve ao acaso, pois seria altamente surpreendente e improvável que, se assim fosse, o Universo exibisse as características que atualmente exhibe e que são favoráveis à vida. Seria mais provável ganhar a lotaria do que garantir condições favoráveis à vida por acaso.

Por outro lado, já a probabilidade de o Universo exibir características minuciosamente afinadas por um Deus não é tão baixa assim, pois, se partirmos da suposição de que a existência de vida é algo bom, não será surpreendente que Deus, sumamente bom, teria criado um universo minuciosamente afinado para a vida.

Esta versão do argumento teleológico, enfrente novamente a dificuldade de explicar a necessidade de um Deus teísta, ou até mesmo a necessidade de uma qualquer divindade. Na física teórica, por exemplo, a hipótese do multiverso e de universos paralelos poderia justificar a afinação minuciosa recorrendo ao acaso, dizendo-nos que as características favoráveis à vida são fruto de um acaso neste universo, no seio de uma pluralidade de universos de acasos diferentes.

#### **4. Argumento Ontológico de Anselmo<sup>2</sup>**

O argumento ontológico, desde que foi apresentado, no século XI, por Santo Anselmo, tem deixado muitos filósofos perplexos. O argumento parece ser tudo menos convincente, mas encontrar o seu defeito pode tornar-se uma tarefa árdua.

O argumento ontológico, ao contrário de todos os outros que acabamos de ver, trata-se de um argumento a priori que procura estabelecer a existência de Deus a partir da mera análise do conceito de Deus, sem utilizar qualquer evidência com origem na experiência e na observação empírica. A ideia central é que a própria noção de Deus implica que Deus existe, tal como a ideia de triângulo implica uma figura de três lados cujos ângulos somam 180 graus, pelo que seria contraditório falar-se de Deus e negar a sua existência, tal como seria contraditório falar de triângulos e recusar que a soma dos seus ângulos seria 180 graus.

---

<sup>2</sup> Anselmo de Cantuária (1033-1109) foi um importante filósofo da Idade Média, que nasceu em Itália. Procurou provar a existência de Deus usando apenas a razão.

Anselmo de Cantuária apresentou o argumento ontológico no capítulo segundo da sua obra *Proslogion*. Começou por definir Deus como “alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar” (*aliquid quo nihil maius cogitari possit*). Analisemos o que significa este “maior”. Anselmo não se está a referir ao maior tamanho, mas ao maior valor e, sobretudo, à maior perfeição. Assim, Anselmo está a dizer-nos que Deus é a coisa com maior valor ou perfeição que se pode pensar. Esta definição muito geral de Deus, embora pareça nada dizer sobre os seus atributos, pode ser uma outra maneira de expressar a definição teísta de Deus, dado que Deus, para Anselmo, possui todas as qualidades ou perfeições em grau absoluto.

Estabelecida a definição de Deus, Anselmo avança para a análise da afirmação de que Deus não existe, proferida por algumas pessoas como o incipiente do Salmo 14:1 da Bíblia. Segundo Anselmo, pode-se negar que Deus exista na realidade, mas não que exista na mente, uma vez que para negar a existência de qualquer coisa é necessário compreender aquilo de que se nega a existência, isto é, é preciso ter uma ideia disso na mente. Por exemplo, para negarmos que existem fantasmas temos, obviamente, de ter na mente uma ideia de fantasma, sem a qual seria impossível negar a sua existência. Assim, mesmo que o incipiente da Bíblia ou um ateu digam que “Deus não existe”, para que o possam dizer, têm de ter nas suas mentes uma ideia de Deus.

Posto isto, Anselmo passa à última fase do seu argumento, na qual analisa se Deus tem apenas esta existência mental que tanto o crente como o ateu lhe reconhecem. Segundo Anselmo, se Deus existisse apenas na mente, seria possível conceber um Deus de maior valor ou de maior perfeição, ou seja, um Deus que exista não só na mente, mas também na realidade. Na base desta constatação está a ideia de que o que existe na realidade, para além da mente, é mais perfeito ou tem mais valor do que existe apenas na mente. Contudo, como Deus, por definição, é “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar”, nada pode ser maior que Deus. Sob esta ideia, Anselmo afirma que Deus existe não só na mente mas também na realidade. Veja-se a estrutura para esta fase do argumento:

1. Se “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” existisse apenas na mente, então “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” seria aquilo mesmo maior do que o qual alguma coisa se pode pensar.
2. Mas, isto, em virtude da própria definição de Deus, é impossível.

3. Logo, “aquilo maior do qual nada se pode pensar” existe não só na mente como também na realidade.

Veja-se, agora, o argumento ontológico completo em esquema:

1. Deus é “alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar”.
2. Mesmo aqueles que negam a existência de Deus têm Deus na sua mente.
3. Aquilo que existe na mente e na realidade é maior do que aquilo que existe apenas na mente.
4. Se “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” existir apenas na mente, então “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” é aquilo mesmo maior do que o qual alguma coisa se pode pensar.
5. É autocontraditório que “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” seja aquilo maior do que o qual alguma coisa se pode pensar.
6. Assim, “aquilo maior do que o qual nada se pode pensar” existe tanto na mente como na realidade.
7. Logo, Deus existe necessariamente.

#### **4.1. Críticas ao Argumento Ontológico**

##### **4.1.1. A ilha perfeita de Gaunilo**

Um monge da época de Anselmo, Gaunilo de Marmoutier defendeu que o argumento ontológico não é um bom argumento, uma vez que resulta em consequências absurdas. Segundo Gaunilo se seguirmos a mesma estrutura do argumento ontológico de Anselmo, podemos facilmente provar coisas que não existem. Para o mostrar, ele socorreu-se da ideia de ilha perfeita, ou seja, uma “ilha da qual nenhuma ilha maior se pode pensar” e concluiu, pelas mesmas razões de Anselmo, que essa ilha, meramente imaginária, também teria de existir na realidade. Veja-se a estrutura do argumento da ilha perfeita:

1. Se a Ilha Perfeita não existe na realidade, então é concebível uma ilha mais perfeita do que a Ilha Perfeita.
2. Mas não é concebível uma ilha mais perfeita do que a Ilha Perfeita.
3. Logo, a Ilha Perfeita existe na realidade.

Para Gaunilo, portanto, o facto de podermos definir um ser como o maior que se pode pensar não significa que esse ser exista. Se isso fosse verdade, o argumento ontológico não provaria apenas que a ilha perfeita existe, mas tudo o que quiséssemos provar que existe, bastando que definíssemos essa coisa como perfeita. Poderíamos, assim, provar que a namorada perfeita existe, que o namorado perfeito existe, que a sogra perfeita existe e, até, que o Diabo perfeito existe.

Anselmo consegue responder, de certa forma, a esta crítica afirmando que a ilha perfeito ou, por exemplo, o cavalo alado perfeito são entidades contingentes, ou seja, podem existir ou podem não existir sem que isso seja autocontraditório (recordemos que dizer que Porto é a capital de Portugal é falso, mas não autocontraditório, logo é uma verdade contingente e não necessária). Para estas entidades contingentes, apenas podemos atribuir perfeições adequadas ao seu género, nomeadamente, belezas naturais e riquezas no caso da ilha perfeita, ou o porte e as asas no caso do cavalo alado. A existência não está necessariamente implicada na perfeição de ilha, nem na perfeição de cavalo alado. Já no conceito de Deus, que é um tipo especial de entidade, dado que não é só a coisa do seu género mais perfeita, mas é a coisa maior do que a qual nada pode ser pensada (ou seja, tem todas as perfeições possíveis), tem de existir necessariamente, sob peso de não ser a coisa mais perfeita de todas se não existir.

#### **4.1.2. A existência não é uma perfeição**

Foi Immanuel Kant a apresentar a objeção mais consistente ao argumento ontológico evocado por Anselmo de Cantuária e Descartes. Na sua *Crítica da Razão Pura*, Kant atacou a ideia de que a existência é uma perfeição de Deus.

Esta ideia tem um papel importante no argumento ontológico, pois permite a Anselmo afirmar que um ser que existe na mente e na realidade é maior do que um ser que existe apenas na mente e que, como Deus, é por definição “alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar”, Deus tem de existir não apenas na mente, mas também na realidade. Isto significaria que a existência é tratado como um atributo, propriedade ou predicado que faz parte da definição de Deus.

Os predicados são termos que expressam propriedades das coisas. Por exemplo, numa frase como “o céu é azul”, “céu” é o sujeito e “é azul” o predicado. Facilmente se vê que existem muitos outros predicados, como “é alto”, “é grande”, entre outros. Os

predicados são geralmente usados para definir e caracterizar coisas. Quanto ao quadrado, por exemplo, dizemos “o quadrado é a figura geométrica com quatro lados e quatro ângulos iguais” estamos a usar os predicados “figura geométrica”, “quatro lados iguais” e “quatro ângulos iguais” para definir quadrado. Do mesmo modo, quando dizemos que Deus é onnipotente, onnisciente, entre outros, estamos a usar os predicados “é onnipotente”, “é onnisciente”, entre outros, para definir Deus.

Ora, Kant contesta que possamos usar a existência do mesmo modo. Para ele, a existência não é um predicado porque ao dizermos que uma coisa existe não estamos a atribuir nenhuma propriedade ou qualidade particular a essa coisa. E se não estamos a atribuir nenhuma propriedade ou qualidade a uma coisa, a palavra “existência” não se refere a nada, pelo que não existe a qualidade da existência e, portanto, a existência não pode ser algo que Deus tenha de possuir para ser Deus. E se a existência não é algo que Deus tenha de possuir para ser Deus, não podemos concluir, com base na definição de Deus como “alguma coisa maior do que a qual nada se pode pensar”, que Deus tem de existir. Vejamos a estrutura do argumento de Kant:

1. Aquilo que não acrescenta nada à definição de uma coisa não faz parte da definição dessa coisa.
2. Dizer que Deus existe não acrescenta nada à definição de Deus.
3. Portanto, a existência não faz parte da definição de Deus (não é um predicado).
4. Logo, não podemos concluir a partir da sua definição que Deus existe.

O processo, no ponto de vista de Kant, deve ser o contrário, ou seja, devemos estabelecer a existência de algo para podermos dizer depois como é. Se existe um ser perfeito, então ele tem de existir, tal como se existe um triângulo, ele tem de ter três ângulos.

#### **4.2. Versão contemporânea do Argumento Ontológico**

Uma das versões contemporâneas do argumento ontológico, na tentativa de superar as objeções de Gaunilo e Kant, mais discutidas é designada por “argumento ontológico modal”, defendida por Alvin Platinga.

Em dois passos, podemos resumir o argumento de Platinga. Em primeiro lugar, o autor defende que Deus, por definição, é um ser maximamente perfeito e, por isso, se existir,

tem de existir necessariamente. Neste primeiro passo defende-se a ideia de que é necessário que Deus existe ou não é possível que Deus exista.

Em segundo lugar, passo conhecido como premissa da possibilidade, Platina diz-nos que a existência de Deus é possível, não envolvendo nenhuma contradição. Veja-se o argumento sob a forma de um silogismo hipotético:

1. É necessário que Deus exista ou não é possível que Deus exista.
2. É possível que Deus exista.
3. Logo, Deus existe necessariamente.

Um filósofo que empregue lógica modal (de qual advém este argumento) tem de enfrentar a questão da possibilidade de Deus existir num mundo possível, mas não em outros. Devemos entender a expressão “necessariamente” como anteposta a frases verdadeiras em todos os mundos possíveis, enquanto a expressão “não é possível” convém a frases sempre falsas em todos os mundos possíveis e a expressão “é possível” a frases por vezes verdadeiras, ou seja, verdadeiras em alguns dos mundos possíveis.

Para responder a Kant, Platina admite que a existência não é uma propriedade (para Kant apenas são propriedades os predicados que descrevam o sujeito, ou seja que acrescentem descrições do sujeito), mas antes uma condição para que se possa ter propriedades. Assim características como “omnipotência”, “omnisciência”, “sumamente bom” e as demais características do Deus teísta correspondem ao que Platina chama de excelência máxima de uma essência. Podemos imaginar a possibilidade de existir um ser com estas características num determinado mundo possível e não em outros. Contudo, Platina introduz um outro conceito, o de grandeza máxima da essência. Ora, grandeza máxima de uma essência é ter excelência máxima em todos os mundos possíveis.

Ora, para provar a existência de Deus como necessária, Platina tem de provar que Deus existe em todos os mundos possíveis. Se Deus é uma entidade cuja grandeza não pode ser superada, então tem de ter grandeza máxima, ou seja ter excelência máxima em todos os mundos possíveis (ser onisciente, onipotente, sumamente bom, etc. em todas as circunstâncias possíveis). Eis o argumento completo que utiliza o axioma S5 – que afirma que se a verdade de uma proposição for possível num mundo, é possível em todos os mundos:



1. Um ser tem excelência máxima num determinado mundo possível, se e somente se for onnipotente, omnisciente e sumamente bom.
2. Um ser tem grandeza máxima se tiver excelência máxima em todos os mundos possíveis.
3. É possível que haja um ser que tenha grandeza máxima.
4. Por isso, possivelmente, é necessariamente verdade que existe um ser omnisciente, onnipotente e sumamente bom.
5. Portanto, (pelo axioma S5) é necessariamente verdade que existe um ser omnisciente, onnipotente e sumamente bom.
6. Logo, existe um ser omnisciente, onnipotente e sumamente bom – Deus.

Aquilo que Platina faz é desprover das propriedades de Deus a existência, afirmando, tal como Kant, que a existência é a condição para determinado ser possuir determinadas propriedades. Ora, pela lógica modal, Platina tenta passar da mera possibilidade para a necessidade, dizendo-nos que se for possível existir um ser de grandeza máxima, que nada pode ser maior, num mundo possível, então por ter grandeza máxima ele tem de existir em todos os mundos possíveis e a sua existência é sempre necessária.

Tome-se como exemplo. A Bia é destra no mundo real. Mas, num mundo possível alternativo a Bia pode ser canhota. Acontece então que a propriedade ou o predicado “ser destro” não é uma essência da Bia, pois se o fosse em todos os mundos possíveis seria necessariamente verdade que a Bia fosse destra, ou seja, é antes uma excelência da sua essência. No entanto, “ser pessoa” já pode ser considerado uma propriedade essencial da Bia porque é absurdo pensar na possibilidade da Bia existir num mundo possível e não ser pessoa. Assim, na essência da Bia, “ser pessoa” é uma excelência da sua essência que está presente em todos os mundos possíveis e, por isso, é uma grandeza da sua essência.

Ora sendo a essência de Deus “alguma coisa maior do que o qual nada pode ser pensado”, ou seja, segundo Platina, a essência de Deus é ter grandeza máxima, não se podendo pensar em maior grandeza, o autor diz-nos que se for possível que Deus com as propriedades essenciais de perfeições absolutas que lhe conhecemos (omnisciência, onnipotência, sumamente bom, etc. e todas as características que não se pode pensar nada maior) exista num dos mundos possíveis, então tem de existir em todos os mundos possíveis, pois é da sua essência ter grandeza máxima.

